

CTAP/CNRH
Versão Pós 69ª Reunião

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

a - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea:

b - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

Art. 3º O planejamento do aproveitamento dos potenciais hidráulicos, sem prejuízo dos demais usos previstos em lei, far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)

Art. 4º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de estudos, investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Parágrafo único. A União poderá arcar com os custos de estudos, implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

Art. 5º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

FINAL DA 69ª REUNIÃO

Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

MT-FRED - Art. 5º - Os barramentos que não sejam os de que trata o artigo 4º desta lei e os barramentos específicos para navegação deverão se processar sem prejuízo desta, arcando seus construtores com a construção, operação e manutenção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, se tais barramentos se derem em rios navegáveis.

MPOG Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para quaisquer fins, o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

COPEL - Art. 5º Na concessão da exploração de **direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem** o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

ABIAPE – OK:

I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RETIRAR

COPEL - I – ser prestado pelo mesmo concessionário **da exploração de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem**, em contrato único de concessão; ou

ABIAPE – I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço público de geração ou concessionário de uso de bem público para geração de energia elétrica, em contrato distinto do contrato de concessão da exploração do potencial hidráulico; ou

II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RENUMERAR

ABIAPE – II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RENUMERAR - II – ser concedido após e de forma independente da construção da barragem e da operação do serviço concedido.

COPEL - III – ser concedido após e de forma independente da construção da barragem e da operação do **serviço decorrente da exploração de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem**.

ABIAPE – III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.

§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

ABRAGE – RETIRAR

MT-FRED - § 1º Deverão ser obedecidos os programa de ação integrada de cada bacia hidrográfica.

MPOG - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no caput, o projeto e

implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

ANEEL - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

COPEL - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no **caput**, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

ABIAPE - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas nos incisos acima, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.

ABRAGE – § 1º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, sendo que os custos referentes à implantação das eclusas deverão ser ressarcidos.

MT-FRED - § 2º Os custos a serem arcados pelos construtores dos barramentos federais de que trata este artigo irão até o limite da navegação existente ou possível em corrente livre, devendo os custos adicionais ser arcados pelo Tesouro.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos definidos no edital de concessão.

ANEEL - § 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário poderá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, desde que haja ressarcimento dos respectivos custos.

COPEL - § 2º Quando a construção da eclusa **ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível^a** envolver obras no corpo da barragem destinada **ao serviço decorrente da exploração de direito de uso de recursos hídricos^b**, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.

INCLUIR - § 2-A Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível não envolver obras no corpo da barragem, a sua construção ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência

com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

ABIAPE - § 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, devendo estes custos serem ressarcidos:

a) - pelo Poder Público ou

b) - pelo concessionário prestador de serviço de operação da eclusa ou outros dispositivos equivalentes de transposição de nível nos termos do inciso III do 6º artigo desta lei.

INCLUIR § 3º Na hipótese em que o concessionário da exploração do potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica for também o responsável pela prestação do serviço de operação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis em contrato distinto de concessão, caberá a este arcar com os custos da construção das obras, desde que observado o disposto no § 6º deste artigo.

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

ABRAGE – § 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

RETIRAR – MT-FRED

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

COPEL - § 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

ABIAPE – RENUMERAR - § 4º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º deste artigo, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

ABRAGE – RENUMERAR 3º

RETIRAR – MT-FRED

MPOG - § 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado, caso tal procedimento não implique riscos à segurança do barramento.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

ABIAPE – RENUMERAR § 5º

§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

ABRAGE – RENUMERAR 4º

RETIRAR – MT-FRED

MME - Não se apresentam observações contra a disposição do § 5º do art. 5º. Mas em função da supressão do referido artigo e dos incisos I a III, e §§ 1º a 4º, sugere-se a sua transformação em um artigo, com algumas adequações na redação de forma a compatibilizá-la às propostas apresentadas, como se segue:

“Art. 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço público de exploração de dispositivo de transposição hidroviária de nível, os custos desta não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.”

ABIAPE § 6º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação ou a execução da obra de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos destes não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º

“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características.” (NR)

COPEL – “XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características **baseado na avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de hidrovias nesses cursos de água estabelecido no Art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.**” (NR)

MT-FRED - Art. 6º - As eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, quando não houver aproveitamento de potencial hidráulico a ser outorgado por concessão em rio não navegável, serão construídos e operados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes.

MME – Comentário. Não se deve dar à ANA, como agência reguladora e fiscalizadora dos recursos hídricos, o papel executivo de agente de governo planejador de hidrovias, muito menos de forma totalmente discricionária. Propõe-se a supressão do artigo.

ABIAPE Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º

“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada por esta Lei, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível. (NR)

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)

RETIRAR – MT-FRED

MME - Comentário - Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Contudo, verificando-se o inciso V original, aparentemente merece reflexão da área de transporte aquaviário.

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....
V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União;” (NR)

ABIAPE – OK

Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

MME - Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Está por inserir no texto original dos dois incisos citados, “inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União”. Todavia elimina parte final do texto original que deveria merecer reflexão do DNIT.

ABIAPE –OK

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

RETIRAR – MT-FRED

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

RETIRAR – MT-FRED

MME - IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

ABIAPE –OK

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

RETIRAR – MT-FRED

MME - V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

ABIAPE –OK

Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:

ABRAGE – Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante, desde que compatível com a característica hidrológica do rio e com a operação da usina, que proporcione:

RETIRAR – MT-FRED

ANEEL - Art. 9º A outorga de recursos hídricos deverá considerar a operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º de forma a garantir a vazão mínima a jusante que proporcione:

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível. De qualquer forma, substituir “barragem” por “reservatório”.

MME - Comentário. A definição do calado, caso a caso, não pode ser determinada por lei, nem que seja por uma regra qualitativa. Propõe-se a retirada da disposição.

ABIAPE – Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante, desde que compatível com a característica hidrológica do rio e com a operação da usina, que proporcione:

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

ABRAGE – OK

Observação: Esta condição é válida quando o trecho do rio já se constituir em uma hidrovia. Caso contrário será necessário um estudo pelos órgãos competentes, de modo a definir o calado mínimo das embarcações;

RETIRAR – MT-FRED

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível, incluindo calado mínimo que deve corresponder ao calado do comboio-tipo definido para o trecho da hidrovia em que está localizada a barragem. De qualquer forma, estabelecer o calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia pode resultar valor pequeno demais e causar prejuízo no futuro.

MME - Comentário. A definição do calado, caso a caso, não pode ser determinada por lei, nem que seja por uma regra qualitativa. Propõe-se a retirada da disposição.

ABIAPE – OK

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

ABRAGE – OK

Observação: Essa situação deverá ser condicionada a um estudo sobre o potencial econômico dessa navegação.

RETIRAR – MT-FRED

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível, incluindo calado máximo que deve corresponder ao calado do comboio-tipo definido para o trecho da hidrovia em que está localizada a barragem.

MME - Comentário. Pode imputar custos desnecessários ao equipamento de transposição de níveis. Em suma, este tema deve ficar a cargo do planejamento setorial e estabelecido na outorga, não sendo matéria legal, mas tão somente tema técnico definido no ato de outorga.

ABIAPE – OK

ANEEL - Ademais, o calado que viabilize a utilização econômica da hidrovia pode, mesmo que remotamente, resultar em valor muito alto.

Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

ABRAGE – Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva, desde que os estudos ambientais apontem tais necessidades.

RETIRAR – MPOG

COPEL – OBS - Trata-se de assunto a ser contemplado no Licenciamento Ambiental e deve ser definido no âmbito do Comitê de Bacia, por ser um assunto local e difícil de ser generalizado em forma de Lei.

MME – RETIRAR – COMENTÁRIO

ABIAPE – Art. 11. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva, desde que os estudos técnicos ambientais apontem tais necessidades.

Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.

ABRAGE – RETIRAR - Justificativa: Essa operação é incompatível com a segurança de pessoas e instalações ribeirinhas a jusante.

RETIRAR – MPOG

COPEL – OBS - Trata-se de assunto a ser contemplado no Licenciamento Ambiental e deve ser definido no âmbito do Comitê de Bacia, por ser um assunto local e difícil de ser generalizado em forma de Lei. Nem todas as barragens tem esse problema.

MME – RETIRAR – COMENTÁRIO

ABIAPE – RETIRAR

Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

COPEL – OBS - Artigo inócuo pois o assunto já está regulado.

MME - A legislação ambiental vigente, em Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente já estabeleceu as diretrizes necessárias ao licenciamento que trata o artigo 11, haja vista os termos da resolução CONAMA 01/86;

“Art. 11. O licenciamento ambiental de dispositivos de transposição hidroviária de nível deverá atender à legislação ambiental vigente e demais normas ambientais federais e estaduais aplicáveis.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

MME - Parágrafo Único: No procedimento de licenciamento ambiental de eclusas e/ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviário de nível deverá constar, a outorga de concessão para exploração e operação da atividade, emitidas pelos órgãos competentes.”

ABIAPE – RETIRAR

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

MPOG I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna dos cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento e as espécies de peixes encontradas na região;

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

ABIAPE – RETIRAR

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

ABIAPE – RETIRAR

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:
COPEL – Art. 10. A Licença **Prévia (LP)** do empreendimento será condicionada:
ABIAPE – RETIRAR

I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

MPOG - I - à aprovação, pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial, num prazo de quatro meses do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

COPEL – I - à aprovação **no prazo de 60 dias^a, pela ANTAQ^b, das principais características^c** da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

ABIAPE – RETIRAR

II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

MT-FRED – RETIRAR

MPOG - II – à emissão de parecer, pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial num prazo de dois concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

COPEL – II – à emissão de parecer **no prazo de 60 dias^a, pela ANTAQ^b, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.**

ABIAPE – RETIRAR

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

MME – RETIRAR - Comentário. Com referência ao item I do art. 12, o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos aplicáveis, qual seja a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) que estabeleceu as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, portanto a matéria trata de procedimentos de licenciamento ambiental já estabelecido no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente.

Com referência aos itens II a IV do mesmo artigo, as legislações referentes às normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8.666/1993) e a que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei 8.987/1995) já prevêem as penalidades contratuais e administrativas, a que se sujeita a concessionária, conforme previsto em editais específicos. Nesse sentido, solicita-se a exclusão do art. 12.

I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

MME – RETIRAR - Comentário.

I – à suspensão das licenças de ambientais dos empreendimentos correspondentes, até que se cumpra às exigências desta lei;

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

MME – RETIRAR - Comentário.

ABIAPE – RETIRAR

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

MME – RETIRAR - Comentário.

ABIAPE – RETIRAR

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

MME – RETIRAR - Comentário.

ABIAPE – RETIRAR

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2009.